



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0057/2022

Processo nº 2021 – 4WWC3 - SERP
Pregão nº 732/2021

Pelo presente instrumento, o Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suã, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, legalmente pelo Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde a **Sr. JOSÉ MARIA JUSTO** (respondendo), portador da Carteira de Identidade RG nº 1.032.002 e inscrito no CPF sob o nº 022.789.837-09, designado pelo Decreto Estadual nº 2681-S, de 21/12/2021 e publicado no DIO de 22/12/2021, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS - SERP** sob nº. **732/2021**, RESOLVE registrar os preços da empresa: **POSITIVA COMERCIAL LTDA (CNPJ: 31.504.150/0001-66)**, situada à Rua Carlos Gomes nº 413, Cristóvão Colombo - Vila Velha/ES, CEP:29.106-370, representada legalmente pela **Sr.ª ÂNGELA MARIA DAZZI PIOL** portadora do Documento de Identidade **CI nº 331.118 SSP/ES** e do **CPF nº 005.371.667-18**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1-DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação dos preços;
- b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- c) o Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.
- e) ANEXO I – Relatório de Programações requisitadas;
- f) ANEXO II – Relatório de Endereço de local de entrega;
- g) ANEXO III – Relatório de Despesa orçamentária.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, conforme **Decreto Estadual nº 4.662-R/2020**, nos dias 10, 20 ou 30 do mês, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação. A despesa orçamentária dos municípios participantes do processo constam no Anexo III - Relatório de Despesa Orçamentária.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 10 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS

9.1 - A entrega dos medicamentos dar-se-á no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

9.2 - Os medicamentos serão entregues em dias úteis nos locais de entrega dos órgãos participantes da Ata, conforme o ANEXO II - Relatório de endereço de entrega.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.3 - A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio".

9.4 - As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

9.5 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.5.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.5.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.8 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS MEDICAMENTOS

10.1 - O prazo de validade dos medicamentos fornecidos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua entrega.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições, na íntegra do edital, e se responsabilizar pelo período de validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) advertência;

b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

- As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **GEAF/SERP**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

a) **GESTOR - LILIAN CRISTO DE OLIVEIRA SOARES** - Farmacêutica - SESA/GEAF/SERP - matrícula 421286 - geaf.serp@saude.es.gov.br - (27) 3636-8359.

b) **FISCAL** - A fiscalização da execução da Ata pelos municípios é exercida pelos Coordenadores Municipais da Assistência Farmacêutica, pela Gerência Estadual da Assistência Farmacêutica é exercida por **VICTOR MEIRELES SOARES** - Farmacêutico - SESA/GEAF/NACD - matrícula 3558088 - victorsoares@saude.es.gov.br - (27)3636-8410.

17.2-A fiscalização da execução da Ata pelas Instituições Estaduais é exercida por:

CREFES - Fiscal: Magali Vieira Caliman - Farmacêutica - SESA/CREFES - Matrícula 1546449-52.

DSPM - Fiscal: Humberto Nunes de Moraes Junior - SESA/DSPM

HDS - Fiscal: Stephannie do Carmo Carlesso - Farmacêutico - SESA/HDS - Matrícula: 4226585

HEAC - Fiscal: Flavio Nascimento Ottoni - Farmacêutico - SESA/HEAC - Matrícula: 3330133

HESVV - Fiscal: Pamella Cristina de Souza Araujo Andrade - Matrícula 3799832

HINSG - Fiscal: Juliana Vieira Machado dos Santos - Farmacêutica - SESA/HINSG - Matrícula 2927268



Evandro Régis Lamberti
Núcleo Especial de Contratos e Convênios



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

HJSN – Fiscal: Vitor Augusto Ovani – Farmacêutico – SESA/HJSN

HMSA – Fiscal: Jane Guidoni Senda – Farmacêutico – Matrícula 1550.152.52.

HRAS – Fiscal: Cláudio Souza Alves – Farmacêutico – SESA/HRAS – Matrícula: 2837994

HSJC – Fiscal: Erika Rezende Rafael – Farmacêutico – SESA/HSJC – Matrícula: 3949559/1

UIJM – Fiscal: Renan Minette de Oliveira – Farmacêutico – SESA/UIJM – Matrícula: 3609650

18-DO FORO

18.1-Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em via de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde - Respondendo
Contratante

ÂNGELA MARIA DAZZI PIOL - CPF Nº 005.371.667-18

POSITIVA COMERCIAL LTDA
Contratada





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS – SERP, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	176490	1	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRAÇÃO 1 : MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5MG/ML ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: AMPOLA 3ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA E INTRAMUSCULAR;UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA;UNIDADE DE MEDIDA: AMPOLA	AMPOLA	370.680

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.3 - Não é permitida a compra de medicamentos com valores acima da tabela CMED. Os valores deverão ser ajustados de acordo com a marca ofertada, aplicando também o CAP e o CONFAZ, se for o caso.

1.3.1- Só será permitida a compra do medicamento se o mesmo possuir preço registrado na tabela CMED, salvo os pontos abaixo:

1.3.1.1 - Os medicamentos contemplados em resolução específica da ANVISA que obrigue os mesmos a publicarem seus preços em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da aludida publicação quando solicitado.

1.3.1.2 - Os medicamentos que possuírem resolução específica da ANVISA que desobrigue o registro dos preços tanto na CMED quanto em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da resolução quando solicitado.

1.4 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;

b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;

c) A aquisição se dará sob a denominação genérica do medicamento, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;

d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;

e) Entrega dos medicamentos em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;

f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";

g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.

h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

1.5 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.6 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada conforme Lotes acima descritos.

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em conforme Detalhamento do Objeto.

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada

4-DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA COM QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE ADESÃO.

As quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses e as especificações completas de cada lote estão discriminados no Anexo I Relatório de Programações requisitadas.

5-DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

5.1. Para tornar mais eficiente o gerenciamento dos recursos financeiros do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foi criado o **Sistema Estadual de Registro de Preço (SERP)** com o objetivo de adquirir os medicamentos básicos de forma centralizada, otimizando a aplicação de recursos financeiros, reduzindo gastos na compra de medicamentos e fornecidos e pelos municípios, a Secretaria Estadual de Saúde, viabilizou a estruturação do Sistema Estadual de Registro de Preços (SERP).

Nesse contexto, informo que a programação (quantitativo) anual dos medicamentos, assim como o gerenciamento dos recursos, tais como execução da ata, o recebimento dos medicamentos e pagamento ao fornecedor é responsabilidade dos Municípios.





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Diante do exposto, informo que a fiscalização da execução das atas é exercida pelos Coordenadores Municipais da Assistência Farmacêutica, assim como, nos demais órgãos que participarem do processo, a fiscalização é designada no próprio local, e, que diante de alguma irregularidade reportam-se ao gestor da ata.

Vale ressaltar, que para as atas executadas pela Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica – SESA, o fiscal de contrato é: Victor Meireles Soares.

5.2. A aceitação dos medicamentos será certificada pelo serviço de Farmácia ou servidor designado, mediante atesto na nota fiscal, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

5.3. A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente.

5.4. O fiscal deve prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

5.5. O fiscal deve notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

5.6. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.

5.7. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

5.8. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

6-CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE FORNECIMENTO.

6.1. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for inferior a 12 (doze) meses.

6.2. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

6.3. Os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

6.4. Os medicamentos deverão ser entregues no Almoxarifado dos Municípios na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade entregue.

6.5. O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. Os medicamentos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.

6.6. Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem constar nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

6.7. As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

6.8. De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0057/2022

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0057/2022**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Nº 732/2021**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	176490	1	MEDICAMENTOS CONTROLADOS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : MIDAZOLAM, CLORIDRATO 5MG/ML ; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: AMPOLA 3ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA E INTRAMUSCULAR;UNIDADE DE FORNECIMENTO: AMPOLA;UNIDADE DE MEDIDA: AMPOLA MARCA: GENÉRICO FABRICANTE: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A. DETENTOR DO REGISTRO: LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A.	AMPOLA	370.680	3,6983	1.370.885,84

VALOR TOTAL R\$ **1.370.885,84**

REPRESENTANTE: **POSITIVA COMERCIAL LTDA (CNPJ: 31.504.150/0001-66)**, situada à Rua Carlos Gomes nº 413, Cristóvão Colombo - Vila Velha/ES, CEP:29.106-370, representada legalmente pela Sr.^a **ÂNGELA MARIA DAZZI PIOL** portadora do Documento de Identidade **CI nº 331.118 SSP/ES** e do **CPF nº 005.371.667-18**.



ANEXO I

RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

MEDICAMENTO	UNIDADE	AFONSO CLÁUDIO	AGUIA BRANCA	ANCHIETA	ARACRUZ	BOM JESUS DO NORTE	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	CARIACICA	CASTELO	CONCEIÇÃO DA BARRA	CONCEIÇÃO DO CASTELO	ECOPORANGA	FUNDÃO	GOVERNADOR LINDENBERG	GUARAPARI	IBATIABA	IBIRAÇU	ICONHA
MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUCAO	AMP	2000	100	17280	1000	100	40000	8000	5000	100	100	1000	1000	500	10000	2000	1000	3000
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO F/A 100ML	FRAMP	0	0	0	0	200	30000	1000	1000	100	0	300	500	0	0	1000	0	0
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO AMP 20ML	AMP	400	200	8640	500	200	40000	2000	2000	100	20	300	500	500	0	1000	0	300

ANEXO I

RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

MEDICAMENTO	UNIDADE	ITAGUAÇU	JAGUARÉ	JOÃO NEIVA	LARANJA DA TERRA	LINHARES	MANTENÓPOLIS	MARATAIZES	MONTANHA	MUQUI	PANCAS	PINHEIROS	PIÚMA	PRESIDENTE KENNEDY	RIO BANANAL	RIO NOVO DO SUL	SANTA TEREZA	SERRA
MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUCAO	AMP	300	500	1000	5000	20000	300	25000	600	3000	1000	100	6000	6000	300	400	13500	10000
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO F/A 100ML	FRAMP	150	50	1000	0	20000	100	25000	0	0	0	0	200	1500	0	50	0	1200
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO AMP 20ML	FRAMP	200	200	1000	200	50000	50	25000	150	600	1000	0	800	5000	0	150	13400	4000

ANEXO I
RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica

MEDICAMENTO	UNIDADE	SOORETAMA	SÃO DOMINGOS DO NORTE	SÃO GABRIEL DA PALHA	SÃO ROQUE DO CANAÁ	VIANA	VILA PAVÃO	VILA VALÉRIO	VILA VELHA	VITÓRIA
MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUCAO	AMP	300	500	400	50	50000	500	200	20000	13000
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO F/A 100ML	FRAMP	0	0	150	0	25000	0	0	1500	0
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO AMP 20ML	FRAMP	100	0	100	10	50000	0	100	2700	300

ANEXO I
RELATÓRIO DAS PROGRAMAÇÕES REQUISITADAS



MEDICAMENTO	UNIDADE	CREFES	DSPM	HDS	HEAC	HESVV	HINSG	HJSN	HMSA	HRAS	HSJC	UIJIM	Total
MIDAZOLAM 5MG/ML SOLUCAO	AMP	50	1.200	17.000	4.000	10.000	8.000	300	3.000	45.000	5.000	7.000	37.680
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO F/A 100ML	FRAMP	0	0	8.000	500	3.000	0	0	1.000	12.000	0	0	134.500
PROPOFOL 10MG/ML EMULSAO AMP 20ML	FRAMP	0	1.200	23.000	500	15.000	6.000	500	28.000	48.000	1.500	1.000	336.420

**ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde

Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
01	AFONSO CLÁUDIO	RUA MARECHAL DEODORO , nº 89, CENTRO,RUA EM FRENTE AO BANCO DO BRASIL, CEP:29600000
02	AGUIA BRANCA	RUA JORGE ELIAS HITTE , nº 185, CENTRO, CEP:29795000
03	ANCHIETA	PRAÇA GOVERNADOR CARLOS LINDENBERG , nº 0, CENTRO, CEP:29230000
04	ARACRUZ	RUA CATARINA SAGRILLO CUZZUOL , nº 0, BELA VISTA,PROCIMO A PRACINHA DO BARRO, CEP:29192030
05	BOM JESUS DO NORTE	PRAÇA ASTOLFO LOBO , nº 213, CENTRO, CEP:29460000
06	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	RUA 25 DE MARÇO , nº 7374, CENTRO,ESTABELECIMENTO DE SAÚDE, CEP:29300100
07	CARIACICA	RUA CURITIBA , nº 0, RIO BRANCO,ATRAS DO KLEBER ANDRADE, CEP:29147712
08	CASTELO	RUA JOSÉ ALVES RANGEL , nº 52, SANTO ANDREZINHO,EM FRENTE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CEP:29360000
09	CONCEIÇÃO DA BARRA	RUA FAUSTINO LISBOA , nº 220, CENTRO, CEP:29960000
10	CONCEIÇÃO DO CASTELO	RUA SANTA RITA , nº 300, PEDRO RIGO, CEP:29370000
11	ECOPORANGA	RUA IDALINO MONTEIRO , nº 195, NOSSA SENHORA APARECIDA, CEP:29850000
12	FUNDÃO	AV CESAR PEGORETTI , nº 0, OZEIAS, CEP:29185000
13	GOVERNADOR LINDENBERG	RUA ALVINO PAULO PEREIRA , nº 430, NOVO BRASIL,EM ENFRENTE A AGROS BRASIL, CEP:29724000
14	GUARAPARI	RUA JOSIAS CERUTTI , nº 626, PRAIA DO MORRO, CEP:29216600
15	IBATIBA	DIMAS AMBROSIO , nº 0, CENTRO,SECRETARIA DE SAUDE , CEP:09395000
16	IBIRAÇU	RUA MARTIN PESCADOR , nº 0, ERICINA, CEP:29670000
17	ICONHA	RUA MUNIZ FREIRE , nº 65, CENTRO,EM FRENTE A PRACINHA CENTRAL, CEP:29280000
18	ITAGUAÇU	RUA VICENTE PEIXOTO DE MELO , nº 37, CENTRO, CEP:29690000
19	JAGUARÉ	RUA JOANA MUCHILIM SCABELO , nº 933, MATA ATLANTICA, CEP:29950000
20	JOÃO NEIVA	AVENIDA NEGRI ORESTES , nº 190, CENTRO,PAVIMENTO 1- LADO ESQUERDO, CEP:29680000
21	LARANJA DA TERRA	AVENIDA GERMANO STABENOW , nº 0, CENTRO,HOSPITAL DE LARANJA DA TERRA,
22	LINHARES	RUA CARIACICA , nº 221, JOSÉ RODRIGUES MACIEL, CEP:29902520
23	MANTENÓPOLIS	RUA PIMENTA , nº 80, CENTRO,ATRÁS DA IGREJA MATRIZ, CEP:29770000
24	MARATAÍZES	RUA AMELIA MALTASHE , nº 0, CIDADE NOVA, CEP:29345000

**ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA**



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado da Saúde

Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
25	MONTANHA	AVENIDA DOS COMBONIANOS , nº 1350, IRMÃ MARIA ZELIA PRUDENTE, AO LADO DA ESCOLA CIVICO MILITAR DOMINGOS MARTINS, CEP:29890000
26	MUQUI	RUA MATHEUS PAIVA , nº 105, SANTO AGOSTINHO, ANTIGO HOSPITAL INFANTIL, CEP:29480000
27	PANCAS	AVENIDA TREZE DE MAIO , nº 476, CENTRO, ANEXO AO PRÉDIO DA PREFEITURA, CEP:29750000
28	PINHEIROS	RUA JOÃO SOARES DE MOURA FILHO , nº 0, CENTRO, CEP:29980000
29	PIÚMA	RUA BEIRA RIO , nº 185, ACAIACA, CEP:29285000
30	PRESIDENTE KENNEDY	RUA DONA SENHORINHA , nº 18, CENTRO, ANTIGO AMA, CEP:29350000
31	RIO BANANAL	RUA JOÃO CIPRIANO , nº 500, SÃO SEBASTIÃO, EM FRENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,
32	RIO NOVO DO SUL	RUA CORONEL JOAQUIM ALVES , nº 1, CENTRO, AO LADO DA CAMARA, CEP:29290000
33	SANTA TEREZA	RUA DARLY NERTY VERVLOET , nº 422, CENTRO, CEP:29650000
34	SÃO DOMINGOS DO NORTE	RUA VALERIANO PAGANI , nº 0, CENTRO, CEP:29745000
35	SÃO GABRIEL DA PALHA	RUA DR FERNANDO SERRA , nº 221, JARDIM DA INFÂNCIA, CEP:29780000
36	SÃO ROQUE DO CANAÃ	RUA OLIVIO PERINI , nº 107, CINCO CASINHAS, CEP:29665000
37	SERRA	AVENIDA TALMA RODRIGUES RIBEIRO , nº 5416, PORTAL DE JACARAÍPE, CEP:29173795
38	SOORETAMA	RUA VITORIO BOBBIO , nº 215, CENTRO, AO LADO DO NAPS, CEP:29927000
39	VIANA	AV. GUARAPARI , nº 1242, ARLINDO VILLASCHI - VIANA, CEP:29137110
40	VILA PAVÃO	RUA TRAVESSA PAVÃO , nº 80, CENTRO, CEP:29843000
41	VILA VALÉRIO	RUA ADEMAR HOFFMANN , nº 18, CENTRO, CEP:29785000
42	VILA VELHA	RODOVIA DARLY SANTOS , nº 0, DARLY SANTOS, KM 2,5, CEP:29103300
43	VITÓRIA	AVENIDA JOÃO PALÁCIOS , nº 503, EURICO SALLES, CEP:29160161

**ANEXO II
RELATÓRIO DE ENDEREÇO DE ENTREGA**



Nº	MUNICÍPIO	ENDEREÇO DE ENTREGA
01	CREFES – Centro de Reabilitação Física do Estado Do Espírito Santo	Setor de Almoxarifado CREFES- Rua Gastão Roubach-s/n – Praia da Costa- Vila Velha – ES. Tel. (27) 3636-2173. crefes.farmacia@saude.es.gov.br
02	DSPM – Diretoria de Saúde da Polícia	Av. Joubert de Barros, 555 – Bento Ferreira – Vitória – ES.
03	HDS – Hospital Dório Silva.	Av. Eudes Scherrer de Souza, SN – Parque Residencial Laranjeiras, Serra – ES. Tel. (27) 3218-9235. hds.farmacia@saude.es.gov.br
04	HEAC – Hospital Estadual de Atenção Clínica	ROD. Governador José Sette, Km 6,5- TUCUM – Alameda Élcio Alvares s/n Cariacica-ES. Tel.: (27) 3636-2821. heac.farmacia@saude.es.gov.br
05	HESVV – Hospital Estadual de Vila Velha	Almoxarifado de Farmacia Av. Anezio Jose Simões, 76, São Torquato, Vila Velha –ES. Tel.: (27) 3246-0907. hesvv.almoxarifado@saude.es.gov.br
06	HJSN – Hospital João dos Santos Neves	Rua Dr. Hugo Lopes Nalle, 319, Centro – Baixo Guandu- ES. Tel: (27) 3732-2912. hjsn.farmacia@saude.es.gov.br
07	HINSG – Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória	Endereço de Entrega: Rua Mary Ubirajara nº 205 – Santa Lúcia – Vitória – ES - CEP: 29056-030 Tel.: (27) 3636-7507 hinsg.farmacia@saude.es.gov.br
08	HMSA – Hospital Maternidade Silvio Avidos	Av. Silvio Avidos, nº 951- Bairro São Silvano- Colatina – ES. Tel. (27) 3717-2463. hmsa.almoxarifado@saude.es.gov.br
09	HRAS – Hospital Roberto Arnizaut Silvaes.	Av. Otovarino Duarte Santos, Km 3 - Bairro Residencial Waslington São Mateus – ES CEP: 29938-900 Tel.: (27) 3767-7515 / (27) 3767-7517. hras.caf@gmail.com
10	HSJC – Hospital Estadual São José do Calçado.	Rua Dr. José Fernandes Medina, s/n Centro – São José de Calçado – ES. Tel.: (28) 3556-2802. hsjc.almoxmedicamentos@saude.es.gov.br
11	UIJM – Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro	Almoxarifado do Hospital – Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro. Av. Dr. José Farah, 34 Jerônimo Monteiro – ES. Tel.: (28) 3558-2618.

**ANEXO III
RELATÓRIO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA**



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
AFONSO CLÁUDIO	10011030300452127	33993000000	121100000/ 121300000/ 121400000
AGUIA BRANCA	1030200342055	33903200000	1500
ANCHIETA	3390300900/ 33903203000	236/ 237	12110000000/ 12130000003
ARACRUZ	273	33903200	1213/ 1214/ 1211
BOM JESUS DO NORTE	33903200000	60	1211000
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3807/ 3812/ 3808/ 3813	33903009/ 33903299	121100000000/ 121400000040/ 121300003001/ 121400004001
CARIACICA	10303002920145	33903200/ 33903000	121100000000/ 121400020000/ 129000010000/ 129000020000
CASTELO	160011030300532562	33903200000	1211/ 1213/ 1214
CONCEIÇÃO DA BARRA	1597	33903009	171000000000
CONCEIÇÃO DO CASTELO	170041030100172060	50	1211/ 1213/ 1214
ECOPORANGA	137	33903200000	12140000
FUNDÃO	71001030200442136/ 71001030200462140	33903000000/ 33903200000	121100000000/ 121400000000/ 121300000000
GOVERNADOR	60071030300082048	33903200000	121300000
GUARAPARI	393	33903000	1211/ 1212/ 1214
IBATIBA	700051030300182057	339032	12130000000
IBIRAÇU	110005103010025290	33903200000	121100000000/ 121300000000/ 121400000000
ICONHA	700041030300142047	33903200000	1211
ITAGUAÇU	800021030204022133	33903000000	12110000000
JAGUARÉ	60001	1030100432029	1211
JOÃO NEIVA	331041030300332108	33903000000	12130000000121400000

**ANEXO III
RELATÓRIO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA**



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
LARANJA DA TERRA	110141030100362107/ 110141030100382120	339030000000/ 33903200000	2110000/ 2130000/ 2140000/ 5300000
LINHARES	801	3390030	1211/ 1215
MANTENÓPOLIS	80181030300542103	33903200000	1201000000/ 1202000004/ 1299000002
MARATAÍZES	90000011030300282092/ 90000011030300282093/ 90000011030300282093	33903200000/ 33903200000/ 33903200000	1530000000/ 1213000000/ 1214000000
MONTANHA	83053390321030100162077	339032	1214/ 1211/ 1213
MUQUI	50041030300292085/ 50041030300292086/ 5004103030400302088	33903200000/ 33903200000/ 33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000
PANCAS	1030300382010000/ 1030300382010000/ 1030300382010000	12140000000/ 12110000000/ 1530000000	38/ 74/ 75
PINHEIROS	100011030301302088/ 100011030201202082/ 100011030101202085	33903200000/ 33903000000/ 33903000000	12110000000/ 12110000000/ 12110000000
PIÚMA	80011030300192063	33903200000	1214
PRESIDENTE KENNEDY	24004103030252150/ 2400410330252027	33903000000/ 33903200000/ 33903200000	124000000000/ 121400003001
RIO BANANAL	700011030300172231	33903200000	1211/ 1212/ 1214
RIO NOVO DO SUL	12051030200032084	3390320000	12110000/ 12140000/ 15300000
SANTA TEREZA	120201030100642147/ 120201030100642147/ 120201030100642147	33903000000/ 33903000000/ 33903000000	1211/ 1213/ 1214
SÃO DOMINGOS DO NORTE	80101030300162074	33903000000	1211/ 1213/ 1214
SÃO GABRIEL DA PALHA	558	40000021030342062412	1211/ 1213/ 1214/ 2214000003

**ANEXO III
RELATÓRIO DE DESPESA ORÇAMENTÁRIA**



MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
SÃO ROQUE DO CANAÃ	14051030300082027	33903000000/ 33903200000	1211000000/ 1214000025/ 1213000001
SERRA	1030302102190/ 1030302102190/ 1030302102190	339003202/ 33903205/ 32903205	12110000/ 12130000/ 12140000
SOORETAMA	500110300200243005	33903200000	12140000000
VIANA	50011030200212162/ 50011030200212162	33903000000/ 33903000000	12110000010/ 12140000010
VILA PAVÃO	1600881030100232222/ 1600881030100282230/ 1600881030100312232/ 1600881030100312233	33903000000/ 33903200000/ 3903000000/ 33903000000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000/ 12900000000/ 12142100000
VILA VALÉRIO	3001001030331042102	33903200000	12110000000/ 12130000000/ 12140000000/ 15400000000
VILA VELHA	2302/ 2303/ 2304	33903009/ 33903036/ 33903203	12110000/ 12130000/ 12140000
VITÓRIA	150110303000620035	33903009	121100000000/ 121400550000/ 121300580000

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ANGELA MARIA DAZZI PIOL
CIDADÃO
assinado em 10/01/2022 16:08:05 -03:00

JOSE MARIA JUSTO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 10/01/2022 16:24:02 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/01/2022 14:44:49 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por EVANDRO RÉGIS LAMBERTI (ASSISTENTE GESTAO - DT - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-77RC88>